

AGROECOLOGIA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO MODELO HEGEMÔNICO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**AGROECOLOGY AS A FORM OF RESISTANCE TO THE HEGEMONIC MODEL OF AGRICULTURAL PRODUCTION**Alessandro Oliveira Almeida¹Josemir Paiva Rocha²Judite de Azevedo do Carmo³Luzia Gomes Lira⁴**RESUMO**

A agroecologia é uma forma de resistência do pequeno produtor/camponês ao modelo hegemônico de produção agrícola. Este modelo de prática agrícola se baseia na utilização da ecologia e de seus conceitos para nortear a formulação de agroecossistemas que sejam sustentáveis. A partir de sua adoção surgem locais de resistência ao modelo convencional. Os exemplos destes locais de resistência são inúmeros, onde espaços rurais antes precários e decadentes têm se transformado em nichos de prosperidade socioeconômica com menor desigualdade. O trabalho realizado teve como objetivo demonstrar que a prática da agroecologia desenvolvida no assentamento rural “Florestan Fernandes” em São José dos Quatro Marcos, no estado de Mato Grosso é um exemplo da já mencionada resistência à produção agrícola que se impõe como modelo hegemônico. A metodologia adotada consistiu de revisão bibliográfica, entrevistas e registros fotográficos realizados durante a pesquisa de campo, quando também se procedeu a observação das práticas agrícolas e vivências dos assentados. Ficou demonstrado pela pesquisa que o modelo de produção agroecológica, praticado no assentamento, possibilita a constituição de espaço de valorização cultural, ambiental e economia solidária, onde o produtor convive de forma harmônica com a natureza, tendo a terra como o sinônimo de vida e fonte do seu “bem viver”, assim há a garantia da sustentabilidade ambiental concomitante à qualidade de vida dos sujeitos. Portanto há a consideração de que a prática agrícola na localidade analisada é uma das alternativas de resistência do campesinato ao processo hegemônico de produção que o descaracteriza e esgota os recursos naturais.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura familiar; Campesinato.

¹Professor da rede básica municipal e estadual em Mato Grosso. alessandro4mgeounemat@gmail.com

²Mestrando em Geografia/Unemat-Cáceres; Docente do IFMT/Juína josemir.rocha@jna.ifmt.edu.br

³Docente da Pós-graduação em Geografia/Unemat-Cáceres e do curso de Licenciatura em Geografia/Unemat-Sinop judite.carmo@unemat.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7810-7559>

⁴Mestranda em Geografia/Unemat-Cáceres, professora Seduc/MT profluzialira@gmail.com

ABSTRACT

Agroecology is a type of resistance of the small farmer to the hegemonic model of agricultural production. This model of agricultural practice is based on the use of ecology and its concepts to guide the formulation of sustainable agroecosystems. From its adoption, places of resistance to the conventional model emerge. The examples of these places of resistance are innumerable, where previously precarious and decadent rural spaces have been transformed into niches of socioeconomic prosperity with less inequality. The work carried out aimed to demonstrate that the practice of agroecology developed in the rural settlement "Florestan Fernandes" in São José dos Quatro Marcos, in the state of Mato Grosso is an example of the aforementioned resistance to agricultural production that imposes itself as a hegemonic model. The methodology adopted consisted of: bibliographic review, interviews, and photographic records made during field research when the settlers' agricultural practices and experiences were also observed. It was demonstrated by the research that the agro-ecological production model practiced in the settlement permits the constitution of a space of cultural and environmental valorization and solidary economy, where the producer coexists harmoniously with nature, having the land as the synonym of life and source of his "good life", thus there is the guarantee of environmental sustainability concomitant to the quality of life of the individuals. Therefore, there is the consideration that the agricultural practice in the analyzed locality is one of the alternatives of resistance of the peasant to the hegemonic process of production that decharacterizes it and depletes the natural resources.

Keywords: Agroecology; Family farming; Peasantry.

INTRODUÇÃO

A globalização é um processo que, conforme Santos (1994), só foi possível de se consolidar graças a unicidade das técnicas, que levou a unificação do espaço e do tempo em termos globais. A partir deste processo há ainda, no entendimento de Santos (1994), a dominação de uma racionalidade hegemônica que busca a unificação e a homogeneização dos lugares. Criam-se os “espaços da racionalidade”, estes são marcados “pela ciência, pela tecnologia e pela informação, espaços mais abertos à realização da racionalidade dos diversos atores” (SANTOS, 1994, p. 25), especificamente os atores hegemônicos.

Na produção dos espaços racionais, no que se refere ao agrícola, identifica-se o que constata Santos (1996, p. 207), o não “respeito às condições naturais” das localidades “(solo,

água, insolação etc.)”, o que sobressai é “um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento” em proporções variadas “segundo os produtores e regiões”.

Neste contexto ocorre uma “especialização agrícola baseada na ciência e na técnica”, promovendo a configuração do “campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais” (SANTOS, 1996, p. 206). Ainda na linha do mesmo autor, compreende-se que o mundo rural, seguindo esta racionalidade torna-se sem mistério, onde as ações visam assegurar uma alta produtividade e rentabilidade; as técnicas são postas a “serviço da produção, da armazenagem, do transporte, da transformação dos produtos e da sua distribuição”. Assim, muitas ações desencadeadas no território se apresentam como estranhas aos lugares, pois os nexos são externos à ele.

Apesar da maior parte da população mundial, conforme os escritos de Santos (2000, p. 69), ser influenciada “direta ou indiretamente” pelo “processo de globalização” tanto na vida econômica, como na vida cultural, nas relações interpessoais e na própria subjetividade; assim como haver a busca da homogeneidade, este processo não ocorre de modo homogêneo, abrangendo todos os espaços, haja vista os indivíduos não serem afetados igualmente por esse fenômeno, pois ele encontra “obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares”.

A globalização em seu processo de homogeneização dos espaços enfrenta inúmeras frentes de resistência pelo mundo. Portanto a homogeneização tem sido questionada e formas de desenvolvimento local têm sido desenvolvidas com sucesso em alguns lugares. Ribeiro, (2013) traz exemplos de como esses locais de resistência têm se transformado em nichos de prosperidade socioeconômica e geração de um mundo menos desigual, na contramão da práxis da globalização. No Brasil esses pontos de resistência e formas de desenvolvimento local têm-se feito presente nas periferias das grandes cidades, assim como

nas pequenas cidades do país e principalmente no meio rural, onde se identifica nas últimas décadas experiências como a agroecologia.

Para Gliessman e Mendéz (2001) a agroecologia se pauta em adotar conceitos e princípios da ecologia na construção de agroecossistemas sustentáveis. Altieri (1989) propôs a agroecologia como uma nova ciência voltada ao estudo dos agroecossistemas, que adota conhecimentos de diversos campos científicos como a agronomia, ecologia, economia e sociologia, representando assim o esforço de compreender o todo usando a interdisciplinaridade.

Sem dúvida nenhuma a agroecologia abriga em seu conceito a sustentabilidade por meio de uma prática agrícola ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa. Várias dimensões convergem para a agroecologia: Economia Solidária, Soberania e Segurança Alimentar, Justiça social e ambiental, Direito à cidadania no campo, Igualdade de gênero. Assim a prática da agroecologia perpassa as porteiras da atividade agrícola e da ciência e se torna uma filosofia de vida.

Outra característica da agroecologia é sua capacidade de integrar conhecimentos, práticas e iniciativas diversas como: Agricultura orgânica, sintropia, agrossistemas, agricultura sustentável, permacultura, agricultura regenerativa, agricultura ecológica, entre tantos outros. Assim a agroecologia não se pretende como um modelo de agrossistema e sim como uma ciência em construção que agrega e abriga práticas com bases ecológicas na produção agrícola.

A construção histórico-social do campo brasileiro é marcada por uma distribuição desigual das terras, dos recursos e das tecnologias; a ciência posta em prática no campo sempre esteve voltada para o aumento da produtividade, sem levar em conta a conexão com o todo, longe de uma visão holística como propõe a agroecologia.

A visão mecanicista e reducionista nas práticas agrícolas no Brasil apesar de ter trazido avanços econômicos e superávits na produção de alimentos, produziram efeitos negativos como: degradação do solo, desperdício e uso em excesso de água, poluição

atmosférica, além de causar uma erosão genética comprometendo a agrobiodiversidade e de criar uma dependência de insumos externos.

Neste contexto é que procuramos demonstrar que a prática da agroecologia desenvolvida no assentamento rural “Florestan Fernandes” em São José dos Quatro Marcos, região de planejamento sudoeste de Mato Grosso (Figura 1) é um exemplo de resistência ao modelo de produção agrícola hegemônico.

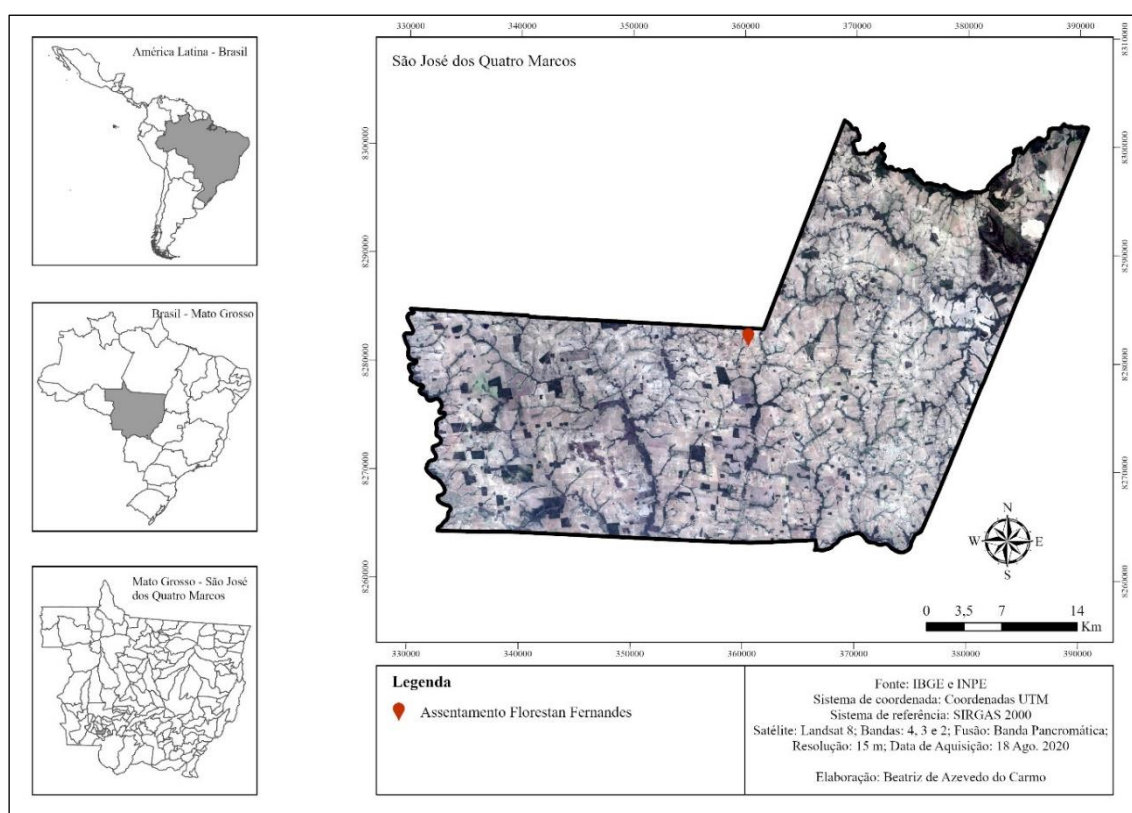


Figura 1. Localização do Assentamento rural “Florestan Fernandes” em São José dos Quatro Marcos-MT. Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Para tanto fez-se necessária a ampliação do conhecimento pautada nos seguintes objetivos: visitar o assentamento para conhecer a prática da agroecologia; verificar quais são as características do modo de produção e modo de vida dos assentados; compreender como a agroecologia se coloca no assentamento enquanto alternativa tanto para a manutenção do equilíbrio e preservação ambiental como para a manutenção das características

socioculturais; entender como a resistência à produção agrícola hegemônica tem ocorrido nas propriedades visitadas.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de base teórico-qualitativa, exploratória e descritiva e foi iniciada com a revisão bibliográfica com fonte teórica direcionada a temática. Posteriormente, foi realizada a pesquisa a campo, quando se procedeu a execução de entrevistas com os produtores. Por este procedimento as atividades de cultivo praticadas foram relatadas e os aspectos básicos da agroecologia desenvolvida no processo de produção agrícola foram identificados por meio da observação e também foi realizado o registro fotográfico.

No assentamento foram identificadas, em um universo de 155 famílias, 25 que trabalham com a agroecologia, dentre estas, foram visitadas três propriedades para coleta de informações por meio de entrevista com roteiro pré-definido. As questões que compuseram o roteiro são: O que é produzido de forma agroecológica em sua propriedade? Quais técnicas são utilizadas na produção? Para você qual é o sentido de produzir agroecologicamente? Qual o significado que a terra tem para a sua família? A formação educacional dos jovens é voltada para a produção agroecológica? Recebe alguma assistência técnica por parte do governo? Por que optou por esse modelo de produção? Os resultados obtidos serão apresentados a seguir.

MODELO HEGEMÔNICO DE PRODUÇÃO E UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL

A globalização deve ser entendida como um fenômeno de homogeneização dos lugares, de massificação e padronização do consumo. Ribeiro (2002, p. 106) define a globalização como: “um sistema cultural que homogeneiza, que afirma o mesmo a partir da introdução de identidades culturais diversas que se sobrepõem aos indivíduos”. Porém a globalização chegou aos indivíduos muito mais num espectro de consumo do que

propriamente de cidadania, o cidadão global somente o é, se consome o que a globalização produz, em outros termos se estiver inserido na economia global.

Esse fenômeno massificador tem criado também uma ideia de desenvolvimento homogêneo que não leva em conta o desenvolvimento local e as especificidades dos lugares. Santos (2000), ao discutir os conceitos de globalização, de centralidade e de periferia, nos induz a pensar que esse modelo que vem do macro para o micro, também no campo tem suplantado as iniciativas locais e priorizado um modelo global de produção que no Brasil é baseado no agronegócio.

O modelo hegemônico massificante e globalizador tem imprimido uma via de mão única de transmissão de saberes, valores e desenvolvimento das técnicas o que tem levado a uma erosão sociocultural no campo brasileiro, (LATOUCHE, 1996, p. 63) alerta: “Quando o contato não se traduz numa troca equilibrada e sim em um fluxo massivo de mão única, a cultura receptora é invadida, ameaçada em sua própria existência e pode ser considerada verdadeira agressão”.

A implantação desse modelo passa pela criação de políticas públicas para o meio rural, e é no campo político que há uma correlação das forças políticas representantes dos interesses de classes antagônicas. No Brasil as classes dominantes sempre tiveram a frente da criação dessas políticas quando elegem seus representantes no legislativo e executivo, fazendo com que haja um domínio na tomada de decisões políticas no país, voltando todo aparato financeiro e estrutural do governo para atender a esses ideais capitalistas globais em detrimento do local.

Santos (1996, p. 209) sobre as ações do poder público aponta que “em nome da modernidade e das necessidades da globalização da economia”, impera “uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores relegando a um segundo plano todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social”. É na determinação dessas prioridades que os recursos públicos chegam a alguns

produtores que terão todas as condições técnicas de produção; enquanto outros, a maioria, não conseguem ao menos atender as suas necessidades básicas para a produção.

Porém, nas últimas décadas segundo Fernandes (2015), vem ocorrendo um processo pelo qual o campesinato vem participando do processo de elaboração das políticas públicas com vistas a implementação de programas e legislações que os favoreçam e os diferencie do modelo capitalista do agronegócio, atendendo assim suas reais necessidades. Como, por exemplo, a criação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 que versa sobre a agricultura familiar. Essas especificidades atendem a uma situação debatida pela academia e em órgãos governamentais que enxergam uma dicotomia no campo onde as características antagônicas do agronegócio e da agricultura familiar/campesina tanto no modo de produção quanto no modo de vida são evidentes.

Nesta esteira de mudanças que vem ocorrendo no campo surge a agroecologia abordada por Caporal (2009, p. 4) como um modelo de produção que busca ir além do emprego de técnicas de manejo sustentável dos recursos, “constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica”.

A coevolução apontada acima, conforme Guzmán (2011), tem seu fundamento na dialética de Marx. Guzmán explica que este termo é o pilar da agroecologia e refere-se às formas de relação entre o homem e a natureza, onde ao observá-la o homem aprende a produzir seguindo os seus sinais, assim ambos evoluem juntos.

A Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida. (EMBRAPA, 2006, p. 26).

De acordo com Norder *et al.* (2016, p. 03) a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/R) apresenta pensamento que coaduna com o da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), expresso na citação anterior quando sustenta que a agroecologia é "um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que nos oferece princípios e conceitos ecológicos para o manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis".

No Sentido mais amplo ao analisar a agroecologia no campo dos movimentos sociais Norder *et al.* (2016, p. 7), aponta que ela "é parte relevante de uma estratégia de mobilização social e política" e cita ainda que a "Via Campesina, que agrega mais de 150 organizações populares em 70 países", apresenta uma proposta de desenvolvimento rural e de soberania alimentar com foco na agroecologia, sendo esta entendida "como ciência e movimento social".

No Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem na última década intensificando a busca pela transição agroecológica, diversos assentamentos rurais tem vivido experiências exitosas e outros tantos estão no caminho dessa transição. Ao concluir um editorial sobre a Agroecologia e o MST, Luiz Zarref, representante do Setor de Produção do movimento disserta:

Podemos seguramente afirmar que hoje o MST está em uma marcha histórica – e sem volta – rumo à transição agroecológica em todos seus territórios. Esse não será um processo simples, rápido e sem contradições. Mas, sem dúvidas, é a tarefa que a história nos colocou nesse momento: reconstruir o projeto para a sociedade brasileira, onde as famílias camponesas e trabalhadoras retomam a soberania sobre seus territórios, sua alimentação, sua capacidade produtiva e, com isso, estabelecem uma nova relação com a natureza, baseada no trabalho e na compreensão das dinâmicas ecológicas. (ZARREF, 2018, p.1).

Assim a fim de manter suas características socioculturais e ambientais frente a ameaça do desenraizamento tem surgido nos lugares resistências que levam em conta o que Ribeiro (2013), chamou de a "arte de resolver a vida" mostrando que nos lugares não existe

apenas o atraso, mas sim os saberes tradicionais e técnicas que podem sustentar o desenvolvimento local o que dá autonomia aos indivíduos e constrói o lado libertário dos sujeitos sociais, impedindo assim a massificação dos lugares.

A AGROECOLOGIA E A RESISTÊNCIA DOS LUGARES

De acordo com Gliessman (2000, p. 56), a Agroecologia de um lado “é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”. No assentamento “Florestan Fernandes” a produção agroecológica acontece de forma coletiva visando produzir alimentos saudáveis garantindo a subsistência e a venda do excedente para obtenção da renda; porém voltada para a sustentabilidade, com uma consciência socioambiental de maneira a contribuir com a melhora na qualidade de vida dos assentados.

A produção é desenvolvida de forma diversificada em grupos coletivos de famílias utilizando de práticas ecológicas na fertilização da terra e no combate a pragas e doenças. Percebemos neste contexto a cooperação como uma das características de superação ao modelo do capital, destacamos ainda várias parcerias que são estabelecidas com Organizações Não Governamentais (ONGs) e Universidades. Os jovens de origem de assentamentos formados em Agronomia, Veterinária e Curso Técnico em Agropecuária com formações agroecológicas junto com setores das Universidades que também defendem esse modo de produção participam diretamente na resistência, lutando contra os interesses do capital.

A agroecologia nestes assentamentos rurais tem se consolidado como mais um dos aspectos que diferenciam os assentados do produtor rural convencional, nessas áreas há uma ligação maior entre o produtor e os aspectos preservacionistas, onde homem e natureza são aliados e não inimigos, há um modo de vida pautado na manutenção dos recursos naturais, e por vezes ao receberem terras já em estado de degradação, eles iniciam um modelo de recuperação dessas áreas concomitante ao uso da terra para o sustento familiar,

surgindo assim diversos modelos agroecológicos como a permacultura, agroflorestal, agricultura sintrópica, produção orgânica, etc.

Estas dimensões todas referentes a agroecologia são aplicadas de acordo com o contexto socioeconômico e ambiental em que cada produtor está inserido, por vezes variando de métodos e técnicas dentro de um mesmo assentamento, devido a variação de características que possui cada terra e cada família sobre ela assentada.

Com relação a produção agrícola no assentamento “Florestan Fernandes”, os assentados produzem utilizando a diversificação de culturas como arroz, feijão, mandioca, batata, banana, abóbora, jiló, alface, couve, cebolinha, rúcula, salsinha, coentro e um pomar de laranjas, intercalando ou consorciando as culturas (Figura 2).



Figura 2. Produção agroecológica diversificada, 2019.

Fonte: Acervo dos autores (2020).

O uso dos bioinseticidas como pimentas (**Capsicum**), o nin (*Azadirachta indica*) e o tabaco (*Nicotiana*) para repelir as pragas é comum, receitas naturais de caldas fungicidas produzidas e indicadas para prática da agroecologia adquiridas em outros centros de produção agroecológica também são usadas (Figura 3).



Figura 3. Biofertilizante usado para adubação.

Fonte: Acervo dos autores (2019).

Com relação a irrigação, os assentados utilizam a técnica de aspersão onde são utilizados canos que estão ligados aos aspersores que fazem o trabalho de distribuição da água por toda a área destinada a produção de alimentos, como pode ser observado na figura (4) abaixo.



Figura 4. Técnica de irrigação por aspersão utilizada pelas famílias entrevistadas.

Fonte: Acervo dos autores (2019).

Quanto a adubação e ao controle das pragas e doenças foram citadas as seguintes alternativas: o esterco e a urina do gado rica em nitrogênio misturado com água e curtido servem para fertilização do solo. A cinza da queima de madeiras no fogão a lenha é utilizada com fungicida natural composta por cálcio, potássio, fósforo, magnésio e nitrogênio, com concentração maior de cálcio, ideal para corrigir a acidez do solo.

A bovinocultura é exercida no assentamento, com destaque a cadeia produtiva do leite de modo extensivo, destinados ao consumo familiar e à venda para o laticínio, que cede os resfriadores. A criação de gado de corte é desenvolvida também de forma extensiva e complementam assim a renda, mas não supera a bovinocultura de leite que proporciona aos assentados uma renda fixa mensal. Devemos destacar que todos desenvolvem a pecuária, pois quando recebem recursos financeiros de programas do poder público como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), constam em seu modelo de investimentos a compra do gado que garante uma estabilidade econômica mais consistente e segura. Somando a ela os incentivos a produção agrícola, onde a agroecologia se destaca na realidade das famílias, além disso esses produtores também se dedicam à criação de galináceos e suínos para subsistência.

Observamos, em relação às técnicas e conhecimentos empregados, que várias são as formas desses conhecimentos chegarem até os produtores agroecológicos, por intermédio de profissionais formados em Agronomia, Medicina Veterinária e Curso Técnico em Agropecuária do próprio assentamento e de parceiros como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), o Centro Tecnológico da Amazônia (CTAM), a Associação de Pequenos Agricultores Regionais (ARPA) e as Universidades.

Há também um conjunto de forças produtivas representadas por vários assentamentos da região que desenvolvem o modelo de produção agroecológica, sendo eles: Florestan Fernandes, Silvio Rodrigues, Margarida Alves, Roseli Nunes e Che Guevara, todos localizados na região sudoeste de Mato Grosso.

Com relação a assistência técnica por parte de órgãos governamentais notamos uma grave deficiência, em contrapartida o voluntariado, as iniciativas de ONG's e parceiros vem fortalecendo a agricultura camponesa na região.

Sobre a identificação com a Terra observamos que para os assentados, é importante a manutenção de traços culturais já que por parte da maioria há a preservação dos costumes como festas religiosas, feiras culturais onde comercializam seus produtos de forma coletiva,

a importância do lugar para esses produtores é tão grande que chegam a definir a Terra como “vida”. Para eles o ideal a ser alcançado não é necessariamente o capital, o acúmulo, o lucro, e sim o bem viver.

A partir do espaço analisado podemos concluir que nele a agroecologia proporciona o desenvolvimento do cooperativismo, da solidariedade e da produção de alimentos saudáveis, respeitando os limites da natureza. Ribeiro (2013) alerta sobre o fato dos lugares, sejam eles quais forem, abrigarem uma teia de complexidade e valores que não podem passar despercebidos, ao buscar a compreensão do modo de vida de uma comunidade devemos sempre levar em conta os arranjos produtivos envolvidos.

Existem nesses espaços vínculos afetivos que jamais poderão ser identificados no modelo hegemônico capitalista, através dessas ações detectadas no campo podemos dizer que este texto pode contribuir com o debate que envolva a importância da agricultura camponesa, como modelo produtivo com base na agroecologia, para a redução dos efeitos negativos no meio ambiente, para a permanência da população no campo, para o desenvolvimento local e como meio de resistência às estratégias hegemônicas que privilegiam o modelo do agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade encontrada junto aos produtores rurais agroecológicos do assentamento “Florestan Fernandes” em São José dos Quatro Marcos- MT, nos mostra que o “bem viver”, buscado no campo perpassa também pela prática da agroecologia, que no sentido mais amplo envolve a sustentabilidade econômica e ambiental, a justiça social e manutenção dos traços culturais e comunitários. Assim verifica-se que a luta travada contra o modelo econômico capitalista hegemônico e a afirmação dos lugares frente a massificação imposta pela globalização e pelo avanço do agronegócio no campo brasileiro sem dúvida necessita de mais visibilidade, publicidade e apoio, necessitando ainda que se ampliem os estudos sobre o tema, identificando esses espaços e verificando como a arte de “resolver a vida”, ocorre no mundo real.

Assim procuramos nesse trabalho conhecer mais sobre a agroecologia e suas práticas e modo de vida dos camponeses, como podem contribuir com o movimento de resistência no campo contra modelo hegemônico de produção agrícola que hoje é proposto em uma busca desenfreada pelo lucro, destruindo a natureza, os laços familiares, os traços culturais, a solidariedade e conseqüentemente promovendo a redução da qualidade de vida da população em nome do progresso.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. 2º. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989.

CAPORAL, F. R.; **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: s/e, 2009. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologia%20 uma%20ciencia%20do%20campo%20da%20complexidade.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologia%20uma%20ciencia%20do%20campo%20da%20complexidade.pdf)> . Acesso em: 21 jul. 2020.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FERNANDES, B. M.; Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 381-400.

GLIESSMAN, S. R.; MÉNDEZ, E.; **Taller intensivo sobre investigacion en agroecología**. Pelotas: Embrapa, 2001.

GLIESSMAN, S. R.; **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GUZMÁN, E. S.; **Sobre los Orígenes de la agroecologia em el pensamiento marxista y libertário**. Bolivia: Plural editores, 2011.

JESUS, J. N.; CALAÇA, M. S. L. G.; **O território camponês em construção**: utopias e contradições. Revista Territorial, v.2, n.2, jul./dez. 2013. p.211-229.

LATOUCHE, S.; **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

NORDER, L. A., LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A.; **Agroecologia**: polissemia, pluralismo e controvérsias. Ambiente & Sociedade. v 19, n. 3. São Paulo, jul/set. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt_1809-4422-asoc-19-03-00001.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

RIBEIRO, A. C. T.; **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Vol. 05. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, W. C.; Globalização e geografia em Milton Santos. *In: El ciudadano, la globalización y la geografía*. Homenaje a Milton Santos. Scripta Nova. Universidade de Barcelona, v 6, n. 124, setembro de 2002. p. 105-132. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-124.htm>> Acesso em 25/11/2020.

SANTOS, M.; **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M.; **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZARREF, L.; **Agroecologia e o MST**. 2018. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst.html>> Acesso em 17/06/2019.